



FÓRUM NACIONAL DE ÁGUA E SANEAMENTO FONAS 2025

Painel 2

Saneamento como Prioridade Nacional

Temas discutidos

- Nova Estratégia Nacional de Saneamento (concluída e espera aprovação)
- Saneamento Inclusivo para todos (CIWIS) novas tecnologias
- ETARs e o seu papel no saneamento ambiental e Saúde pública
- RECLIMA - Estratégia para resiliência Climática no Sector ASH
- Experiência de Moçambique no sector de ASH

Destaque dos debates

1. Nova Estratégia Nacional de Saneamento (Rascunho para aprovação)

- O debate concentrou-se na análise do rascunho da Estratégia Nacional de Saneamento, que visa definir uma visão clara e integrada para o sector. O documento propõe acções coordenadas entre instituições públicas e privadas, garantindo sustentabilidade financeira e equidade no acesso aos serviços. Foram discutidos mecanismos de monitoramento, financiamento e fortalecimento das capacidades locais para assegurar uma implementação eficiente e duradoura.

2. Saneamento Inclusivo para Todos

- Este tema destacou a necessidade de assegurar que todos os grupos populacionais, especialmente os mais vulneráveis tenham acesso a serviços de saneamento adequados e seguros. Discutiram-se estratégias voltadas à inclusão de zonas rurais e comunidades de difícil acesso, bem como o fortalecimento das abordagens participativas e da sensibilização social. O objectivo é promover um saneamento que não deixe ninguém para trás, em alinhamento com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

3. ETARs e o seu Papel no Saneamento Ambiental

- As Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) foram apresentadas como infraestruturas fundamentais para a proteção ambiental e a gestão sustentável dos recursos hídricos. O debate abordou temas como eficiência energética, reaproveitamento de subprodutos, qualidade do efluente tratado e desafios técnicos e financeiros. Ressaltou-se a importância de fortalecer o quadro legislativo e a capacitação técnica para melhorar o desempenho e a sustentabilidade das ETARs no país.

Destaque dos debates

4. Estratégia para Resiliência Climática no sector ASH (Reclima)

- A discussão centrou-se na integração de medidas de adaptação e mitigação das mudanças climáticas dentro das políticas e planos de saneamento. Enfatizou-se a importância de infraestruturas resilientes, capazes de suportar eventos climáticos extremos e reduzir impactos ambientais. O grupo reforçou a necessidade de planeamento intersectorial, financiamento climático e promoção de soluções baseadas na natureza para fortalecer a resiliência do sector através da partilha e difusão de informação.

5. Experiência de Moçambique no sector ASH

- Moçambique partilhou experiências e boas práticas na implementação de programas de saneamento em contextos de vulnerabilidade climática e socioeconómica. Foram apresentados exemplos de modelos comunitários de gestão, campanhas de mudança de comportamento e soluções tecnológicas adaptadas à realidade local. A partilha permitiu identificar lições aplicáveis ao contexto nacional e reforçou o valor da cooperação regional em saneamento assim como as arranjos institucionais.

Propostas de compromissos para Angola

1. Acesso Universal aos Serviços de ASH em Instituições

- A prioridade é garantir que todas as instituições escolares e de saúde tenham acesso a serviços de Água, Saneamento e Higiene (ASH) adequados, promovendo condições dignas de aprendizagem e de prestação de cuidados. Essa meta requer investimentos sustentáveis, coordenação interinstitucional e o fortalecimento de políticas públicas inclusivas.

2. Regulamentação e Sistema de Taxas para Lamas Fecais

- Propõe-se a criação e implementação de um quadro regulatório e de um sistema de taxas para a gestão de lamas fecais, assegurando soluções sustentáveis, economicamente viáveis e ambientalmente seguras. A medida busca apoiar municípios e operadores no saneamento urbano e periurbano, promovendo eficiência e redução de impactos ambientais. Devemos rever a legislação actual e melhorá-la caso necessário.

3. Política Nacional de Saneamento Ambiental

- Devemos propor a elaboração de uma política nacional de Saneamento Ambiental que defina claramente as responsabilidades, os mecanismos de financiamento e as normas técnicas do sector. Essa política servirá como instrumento de orientação estratégica para o planeamento, monitorização e regulação, garantindo coerência entre as diferentes iniciativas de saneamento.

4. Revisão da Estratégia Nacional de Água Rural

- A revisão da estratégia visa integrar acções de adaptação às mudanças climáticas e articular a Estratégia de Saneamento Total Liderado pela Comunidade e Escola (STLCEA). O objetivo é fortalecer a resiliência e sustentabilidade dos serviços em áreas rurais, garantindo acesso seguro e contínuo à água e ao saneamento.

Prioridades para o FONAS 2026

1. Mesa Redonda sobre Eficiência das ETARs

- Será organizada uma mesa-redonda para discutir o desempenho das ETARs, abordando o quadro legislativo, os tipos de tecnologias disponíveis e as necessidades de capacitação humana. A iniciativa visa identificar soluções práticas para melhorar a eficiência operacional e a sustentabilidade ambiental dessas infraestruturas.

2. Mesa Redonda sobre Gestão Integrada de Resíduos

- O FONAS pretende promover um espaço de diálogo técnico sobre gestão integrada de resíduos sólidos, focando em modelos sustentáveis, economia circular e parcerias institucionais. O objetivo é alinhar esforços entre municípios, sector privado e sociedade civil para reduzir a geração de resíduos e ampliar a reciclagem.

3. Educação Ambiental e Mudança de Comportamento

- A educação ambiental foi definida como eixo central para promover a mudança de comportamento e disseminar boas práticas de higiene e saneamento. O encontro incentivará campanhas educativas, acções comunitárias e partilha de conhecimento entre instituições e escolas.

4. Promoção da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH)

- O fórum reforçou a importância de integrar a GIRH dentro das bacias hidrográficas, promovendo o uso racional da água e a coordenação entre sectores. Essa abordagem visa garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos e fortalecer a segurança hídrica em todo o território assim como a gestão florestal e a segurança alimentar.

Obrigado pela vossa
atenção
